

CONTABILIDADE COMO FATOR DE RESPONSABILIDADE COM O SOCIAL E O AMBIENTAL

Gilberto Brondani¹

Marivane Vestena Rossato²

Larissa de Lima Trindade³

RESUMO

A sociedade latina atualmente tem estado muito preocupada no que diz respeito ao meio ambiente, exigindo das empresas um comportamento saudável e condizente com a preservação do mesmo.

A contabilidade também tem que se preocupar com estas mudanças exigidas pela sociedade representada pela figura dos *stakeholders*, ou seja, os investidores, governos, bancos, clientes e população em geral, tendo como principal veículo de comunicação que interliga a empresa e a sociedade, o balanço social.

Como conseqüência da ruptura de barreiras, as legislações nacionais não conseguem dar subsídio eficaz, capaz de gerir o comportamento ambiental das organizações. Foi necessário a elaboração de padrões internacionais para a certificação (ISO 14000 e suas subséries), que durante todo o ciclo de vida do produto, desde a produção até o descarte, bem como o estudo racional de todas estas etapas, tenha como objetivo prezar pela integridade do ar, água, solo, bem estar dos colaboradores envolvidos no processo.

A contabilidade então, tem um grande desafio a sua frente, pois depende, e em muito a sua eficiente atuação para que se alcance a harmonia do relacionamento entre empresa e meio ambiente, não somente para garantir a continuidade da mesma, como também de toda a América Latina e conseqüentemente da humanidade.

¹ Professor, Mestre e Pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail brondani@ccsh.ufsm.br Fone: (55) 9967-9499.

² Professora, Doutoranda e Pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail marivane@smail.ufsm.br Fone(55) 2209298.

³ Acadêmica Pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail laritrin@yahoo.com.br Fone (55) 81146008.

Palavras-chave: Contabilidade, responsabilidade social e ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o ambiente externo das organizações passa a se identificar por grandes e várias mudanças, no que se refere ao aspecto econômico, político, tecnológico e social. Para que as empresas possam sobreviver diante de tais mudanças, é necessário que elas conheçam o ambiente onde estão inseridas e atuem, a partir daí com estratégias planejadas objetivando a eficácia organizacional.

Neste contexto, as exigências crescentes, atualmente verificadas num mercado globalizado e cada vez mais competitivo, têm levado as empresas a buscarem informações mais atualizadas, tanto no âmbito financeiro como no âmbito social, surgindo, a partir disso, a necessidade de planejar a relação custo/benefício.

A conceituação de desenvolvimento sustentável, segundo Fernandes (2000, p.03), foi apresentada ao mundo em 1987 pela ex-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que definia este como sendo aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também, uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as próximas gerações.

Um preço muito alto por esta diversidade de produtos e serviços está sendo pago pelo meio ambiente, patrimônio da humanidade, através da utilização de recursos naturais que são devolvidos ao mesmo de forma deteriorada, via redução do volume de água tratada, qualidade do ar, alteração dos ciclos de vida (biosfera), ou então, ocorre uma exaustão dos recursos naturais não renováveis (minerais, fósseis, etc.), renováveis (vegetais e animais) e recursos naturais livres (água, solo e ar).

A empresa diante deste novo paradigma se vê obrigada a implantar sistemas ligados a gestão ambiental. A ISO 14000 e suas subséries é uma ferramenta elaborada, em 1996, com o objetivo de homogeneizar a ação e relação de organizações com o meio ambiente, no tocante que envolve a matéria-prima para indústria e o descarte final de seus restos. Desenvolvida pela *International Standards Organization* – ISO com a finalidade de definir padrões internacionais de gerenciamento ambiental, aplicado a todas as espécies de empresa, principalmente aquelas que apresentam um alto grau de poluição.

Considerando a nova conjuntura empresarial em função da responsabilidade social perante o meio ambiente e a necessidade de investimentos nessa área para efetuar um controle eficaz, é fundamental deixar mais evidente o impacto econômico-financeiro que reflete diretamente no fluxo de caixa da empresa. O veículo canalizador de tais informações é o Balanço Social, instrumento que permite apresentar junto a investidores, fornecedores, credores, governo, clientes e sociedade em geral, a real situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas nesse campo e também apurar o resultado da empresa e relação à sociedade.

Logo, a contabilidade é imprescindível para que as informações compreendidas no Balanço Social tenham credibilidade perante a sociedade, sendo de suma importância uma avaliação séria e padronizada destas informações, já que esta ciência tem uma metodologia concreta para externar as informações de cunho econômico-financeiro das empresas, pode também tratar das informações sociais.

2. COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

As alterações têm sido significativas nas últimas décadas no que trata do meio em que as empresas operam. Estas eram consideradas apenas instituições econômicas e suas responsabilidades limitavam-se apenas em resolver problemas econômicos, do tipo: o que produzir, como produzir e para quem produzir; com um comportamento de “ditadores” das regras de mercado,

onde produziam com a quantidade e qualidade que lhes fosse conveniente, desprezando a opinião do consumidor.

No roldão da competitividade entre as empresas e com o advento da Engenharia Industrial a disputa pelo mercado tornou-se cada vez mais acirrada, onde não mais a empresa determina as regras de mercado, mas sim o cliente, sendo inadmissível a transferência dos custos da ineficiência ao preço de venda do produto.

Tais transformações delinearão as relações econômicas entre os países tornando-as cada vez mais intensas, quebrando fronteiras e encurtando distâncias. Estas novas relações mundiais propiciaram a abertura do mercado externo intensificando a concorrência interna e exigindo dos consumidores uma postura consciente.

O cenário anterior do mundo dos negócios apresentava poucas mudanças na estrutura organizacional, que permanecia rígida, inflexível, imutável e objetivando somente lucro. Hoje, este paradigma foi rompido, pois os objetivos e metas, representado pelo planejamento estratégico organizacional, visam muito além disto, incluem também a satisfação da sociedade, composta por investidores, clientes, governo, empregados, fornecedores e sociedade em geral, no tocante de qualidade do produto e do meio ambiente, pré, durante e pós o processo de produção, segurança e condições adequadas no ambiente de trabalho, além de quantidade e preço.

As empresas, para ostentarem a idéia de responsabilidade social, estão obrigadas a mostrar um ótimo desempenho no item patrimônio ambiental, já que este é um diferencial decisivo para o consumidor na escolha do produto. A sociedade está cada vez mais consciente de seus direitos e poderes exigindo uma postura ética das empresas em relação às questões ambientais.

3. EMPRESA E MEIO AMBIENTE

Uma das conseqüências do alto índice de industrialização é a competitividade, onde a oferta muitas vezes é maior que a procura e o desafio para as empresas consiste em estimular a procura. Outra conseqüência da industrialização é a degradação ambiental, representada pela exaustão e

poluição dos recursos naturais, o que exige dos administradores uma reavaliação de conceitos no estilo de administrar, em função de um desenvolvimento sustentável.

Segundo Teixeira (2000, p.01), “o meio ambiente é um conjunto de sistemas que se integram e interagem, formando o mundo que nos cerca. Compreende todo o entorno físico em que vivemos e inclui o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis e os minerais”.

A preocupação com o meio ambiente não é um aspecto desta virada de milênio, pois a primeira legislação que veio a regulamentar estes padrões e metodologias data da década de sessenta, na Inglaterra, mediante da BS 7750 – *British Standards*, que foi referencial teórico para a composição da ISO 14000 – *International Standardization Organization*, em 1996.

Mas, apesar das primeiras discussões e controles, em nível ambiental, serem de longa data, apenas agora, a sociedade tornou-se mais atenta em relação ao meio ambiente, após grande parte de patrimônio ambiental já estar comprometido.

Esta resistência se deve, entre outros, aos seguintes fatores:

- Inexistência de legislação ambiental ou rigor nas já existentes,
- A falta de conscientização da sociedade e de meios fortes que reforçá-se a questão ecológica,
- Os consumidores não associavam os esforços das empresas ao consumo de seus produtos.

Neste contexto, as organizações incorporarão nas variáveis que compõem o processo de tomada de decisão o meio ambiente, ligado à responsabilidade social. Para Franco (1999, p.38) “as empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e por investidores, já havendo em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o meio ambiente”.

Desta forma a necessidade de preservar o meio ambiente não é mais só de ambientalistas e de organizações não governamentais, mas sim da

humanidade que está se conscientizando de que a sobrevivência de todos depende muito do meio ambiente.

A questão que trata sobre o meio ambiente e conseqüentemente os investimentos para desenvolver sistemas de gestão ambiental, através da aplicação de procedimentos e técnicas para reduzir a emissão de efluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência, implementação de tecnologia saudável – *Clean Technologies*, reeducação voltada para área ambiental de funcionários e desenvolvimento de pesquisas que abordam análise do ciclo de vida dos produtos e seu impacto ambiental, não representa meramente dispêndio de numerário (despesa) e sim, permanência no mercado. O significado de retorno de investimentos representa muito mais que lucro e enriquecimento de seus acionistas, trata de criar e contribuir para um mundo sustentável.

As empresas que primeiro atentaram a nova tendência e necessidade de comportamento ambiental, e adotaram mecanismos de prevenção, utilizando uma boa dose de senso de oportunidade, *feeling*, converteram estas restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócio.

Muito se tem abordado a conciliação entre produção industrial e meio ambiente e em resposta a isto surgiram normas e processos que através dos Sistemas de Gestão Ambiental, auxiliam as empresas no controle de suas atividades e o impacto ambiental por elas causado.

4. NORMAS CONTÁBEIS VOLTADAS PARA O SOCIAL E O AMBIENTAL

Sabendo da responsabilidade de que tem para o social e o ambiental, os profissionais da contabilidade através do seu Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de Resolução CFC nº 1.003/04, aprovou em agosto de 2004 a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, que versa sobre informações de natureza social e ambiental.

A NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciar tais informações, criando a “Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental”, criada para completar as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2006.

As informações de natureza social e ambiental que constarão na referida demonstração deverão fazer referência a: geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente.

Um dos itens de maior relevância é sem dúvida alguma as condições dos recursos humanos nas organizações, que dentre outros aspectos a demonstração acima referida deverá informar a remuneração concedida aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, bem como gastos com: encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches e as participações nos lucros ou resultados.

No que se trata da interação da organização com ambiente externo, as informações devem referenciar dado sobre o relacionamento com a comunidade no qual a entidade está inserida, considerando clientes e fornecedores. Neste caso, as informações devem evidenciar os totais dos investimentos em: educação, cultura, saúde, saneamento, esporte, lazer e alimentação.

Com relação à interação com o meio ambiente deve ser evidenciado:

- Investimento e gastos com manutenção de processos operacionais para melhoria do meio ambiente;
- Investimento e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores;
- Investimentos e gastos com educação ambiental para consumidores;
- Investimentos com outros projetos ambientais;
- Valores das multas e das indenizações de cunho ambiental, administrativa e /ou judiciais;
- Passivos e contingências ambientais.

Portanto, pode-se afirmar que a classe contábil preocupada com o social e o ambiental, já adotou medidas direcionadas a proteção, preservação e

controle do patrimônio humano, criando mecanismos contábeis eficazes, orientando os empresários na aplicação dos mesmos para satisfazer as necessidades da empresa e também da sociedade.

5. ISO 14000 E SUAS SUBSÉRIES

Como consequência da ruptura de barreiras e filiais de empresas sediadas em vários países, as legislações nacionais não conseguem dar subsídio eficaz, capaz de gerir o comportamento ambiental das organizações. Foi necessário a elaboração de padrões internacionais para a certificação que durante todo o ciclo de vida do produto, desde a produção até o descarte, bem como o estudo racional de todas estas etapas, tenha como objetivo prezar pela integridade do ar, água, solo, bem estar dos colaboradores envolvidos no processo.

O sistema de padronização, com maior respaldo em nível mundial, é a ISO 14000. Esta representa uma organização, com origem na Suíça, em 1947, denominada *International Standardization Organization* – ISO e significa uma organização em prol de padrões e normas reconhecidas internacionalmente. A série ISO 14000 é recente, 1996, e tem como referencial teórico a BS 7750 – *British Standards*. É composta de diretrizes básicas relacionadas à gestão ambiental, aplicadas a qualquer tipo de empresa, onde seu sucesso estará intimamente relacionado ao tipo de política ambiental adotada, conforme a atividade da empresa, fluxo produtivo e focos de poluição, porte da organização, condições financeiras e conscientização dos colaboradores.

A norma ISO 14000 não tem o poder de determinar critérios que garanta um sucesso integral do programa, mas formula políticas, descreve objetivos e atende especificações legais, gerando e apresentando informações sobre impactos ambientais e sua influência na tomada de decisão. Este tipo de programa visa uma melhoria e auto-avaliação contínua, através da implementação, manutenção e aprimoramento do sistema, bem como a avaliação por instituições externas e competentes para a obtenção da certificação/registo ambiental, a fim de demonstrar a sociedade o comportamento responsável.

A ISO 14000 possui, de certa forma, algumas particularidades, que estão representadas sob o aspecto de planejamento estratégico, que preza pela melhoria contínua de processos, interligando o desenvolvimento sustentável mundial com o programa aplicado na empresa; impacto ambiental; trata da gestão econômica associada ao surgimento de ativos ou passivos ambientais, e medidas cabíveis ao controle e/ou reversão do fato, se necessário; avaliação de desempenho ambiental em relação ao propósito do programa; política ambiental com a definição de objetivos e metas ambientais; entre outros.

A aplicação de sistemas de gestão ambiental é estritamente voluntária, sem obrigatoriedade legal, mas é possível considerar estes sistemas como leis de mercado, pois este tipo de certificação influencia diretamente na escolha do produto por parte dos consumidores. A certificação ISO 14000 abre um leque de opções as empresas. Uma delas é através de um trabalho sério e transparente advindo do *marketing*, que apresenta não só produtos bem elaborados, mas também uma consciência e preocupação social em relação ao desenvolvimento sustentável, pois disponibiliza produtos a atual geração sem comprometer as próximas.

6. CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade é uma das ciências mais remotas do mundo, não podendo se precisar o momento em que surgiu, mas suas primeiras manifestações datam da idade dos sumérios, em média 6000 a.C, com o intuito de quantificar a riqueza humana, ou seja, o patrimônio. Com o passar do tempo a contabilidade vem acompanhando as evoluções da economia, onde gradativamente ocorreu o aprimoramento das técnicas contábeis a respeito de identificação, mensuração e evidenciação dos fatos contábeis que causavam mutações no patrimônio.

O tradicional sistema da contabilidade vem sendo aprimorado ao longo dos anos, ajustando-se as necessidades de informação de seus diversos usuários. Logo, com o aumento das obrigações relacionadas à proteção

ambiental, as demonstrações financeiras têm novos desafios relacionados à padronização de normas e procedimentos contábeis.

A contabilidade esbarra em uma questão que envolve identificar e mensurar os valores ambientais, pois apesar de definições semelhantes entre os lançamentos tradicionais financeiros e os referentes ao meio ambiente, os profissionais da contabilidade deparam-se com a dificuldade de mensurar o patrimônio ambiental e suas respectivas transformações, isto talvez, devido à inexistência de padrões de mensuração que proporcionaria as informações contábil-ambientais uma credibilidade maior.

Em fevereiro de 1998, a Contabilidade Financeira Ambiental passou a ter o *status* de um novo ramo da ciência contábil, através da criação do Relatório financeiro e contábil sobre passivos e custos ambientais, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR - *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

Fica claro que mais cedo ou mais tarde os gastos relacionados à área ambiental terão que ser alocados como custos de produção lançados ao resultado do exercício, por isso é muito importante fazer um estudo detalhado. Mas, para isto é necessário tratar de alguns conceitos contábeis ambientais.

6.1. Balanço Ambiental

O Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a ocorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de

dano ao meio ambiente, bem como toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, serão registradas em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 750-93 do CFC, mediante adoção de alguns procedimentos.

6.2. Ativo Ambiental

Os ativos ambientais são representados por todos os bens e direitos oriundos ou destinados à atividade de gerenciamento ambiental, sob a forma de capital circulante e capital líquido. São os investimentos na área ambiental devendo ser classificados em títulos contábeis específicos, do tipo estoques ambientais, ativo permanente imobilizado ambiental e diferido ambiental.

O capital circulante também conhecido como capital de giro, é o valor aplicado para a realização da atividade principal da empresa, formado pelas disponibilidades e representado no ativo pelos seguintes subgrupos:

- Disponibilidades: valores referentes à receita ambiental;
- Realizáveis a curto e longo prazo: direitos recebidos de uma receita ambiental e os estoques, sempre co-relacionados à gestão ambiental ou com produtos redirecionados no processo operacional.

Já no que se refere ao capital fixo, poderemos encontrar as seguintes contas:

- Investimentos: participação societária em empresas ecologicamente responsáveis;
- Imobilizado: bens destinados à manutenção da gestão ambiental, como filtros de ar, equipamentos da estação de tratamento de efluentes, etc.;
- Diferido: gasto em desenvolvimento de tecnologia limpa (Clean Technologies) e sustentável, os gastos com implantação de Sistemas de Gestão Ambiental como a ISO 14000 e normas BS 7750.

Outro fator significativo e bastante complexo nos ativos ambientais é referente à mensuração da certificação ISO 14000, o valor que ela agrega a imagem e marca da empresa.

6.3. Passivo Ambiental

O passivo ambiental é toda e qualquer obrigação contraída e destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente debitando um ativo ambiental ou custo ambiental. Neste encontramos financiamentos, contingências vinculadas ao meio ambiente que devem ser classificadas no passivo ambiental. A constituição da provisão para uma obrigação atende as mesmas exigências que a contabilidade financeira tradicional, sendo uma obrigação à responsabilidade presente resultante de acontecimentos passados, podendo resultar em uma saída de recursos da empresa tanto a curto como longo prazo.

O IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores) com a IAS 37(*Internacional Accounting Standards-37*), mostra como reconhecer de maneira eficaz o passivo ambiental, deve observar alguns aspectos do tipo a obrigação da empresa em relação à extração e utilização de recursos naturais, a necessidade de recursos para liquidar os possíveis passivos ambientais, e como estimar com precisão o montante do passivo ambiental de forma segura.

O passivo ambiental seguirá a mesma divisão que qualquer passivo, esta poderá ser via capital próprio ou capital de terceiros.

- Capital de terceiros (exigível): elenca contas patrimoniais formadas por empréstimos contraídos junto a instituições financeiras com objetivo de recursos na área de gestão ambiental, fornecedores para aquisição de equipamentos e insumos, multas e indenizações a pagar, provindas de infrações, ordenados a pagar em função dos funcionários envolvidos no processo de mão-de-obra ambiental;
- Capital próprio (não exigível): este rol de contas patrimoniais trata de acionistas que integralizam ou aumentam seu capital para investimentos exclusivos a meio ambiente e entidade que destina um percentual dos resultados em programas ambientais.

6.4. Custos e Despesas Ambientais

Conforme Carvalho (2000), os custos ambientais são os gastos, ou consumo de ativos referentes à proteção do meio ambiente e que são classificados em função da sua vida útil, ou seja, baseados em características referentes à amortização, exaustão e depreciação, aquisição de insumos que auxiliam no controle da emissão de efluentes, resíduos de produtos, tratamento e recuperação de áreas contaminadas, mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação e restauração do meio ambiente.

Quando utilizados de forma direta na produção estes gastos são classificados como custos, sob a forma indireta caracteriza-se como despesas. Os custos ambientais sofrem, também uma subclassificação em custos internos (privados) e custos externos (sociais).

- Custos internos ou privados: são aqueles associados à produção, que servem de base para o cálculo do preço de venda;
- Custos externos ou sociais: são os que se originam do impacto da atividade da empresa no meio ambiente e na sociedade, porém a companhia não se responsabiliza financeiramente.

É importante observar que as empresas não conseguem agregar todos os custos necessários ao evidenciar o CPV (custo do produto vendido) ou CMV (custo da mercadoria vendida), pois geralmente utilizam como base de cálculo os valores que representam dispêndio de numerário imediato, desconsiderando provisões de gastos futuros, principalmente no que diz respeito aos bens naturais não renováveis, sendo este um dos grandes desafios para a Ciência Contábil, exigindo até mesmo uma revisão de conceitos e procedimentos para atender satisfatoriamente esta nova demanda.

Um fator que necessita de uma atenção especial no momento de determinação do seu valor, é o custo ambiental, pois a existência de diversos métodos de custeio, deixa a critério de quem apura tais valores, o método a utilizar. Qualquer equívoco que envolva os custos ambientais terá reflexo direto no resultado do exercício, divulgando uma imagem irreal da situação da empresa.

6.5. Receitas Ambientais

Segundo Lopes de Sá (1999), receita significa um retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, demonstrando a parte positiva nos demonstrativos de resultados.

O objetivo principal da receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil, pois o objetivo da gestão ambiental é desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais, claro que isto não impede que a empresa venha a tirar proveito econômico. A seguir, alguns exemplos de receita ambiental:

- Prestação de serviços na área de gestão ambiental;
- Venda de produtos fabricados a partir de sobras e sucatas;
- Participação no faturamento da parcela que demonstra sua atuação responsável com o meio ambiente.

O melhor veículo para evidenciar este tipo de informação ambiental, é o Balanço Social, pois como o próprio nome diz é uma adaptação do Balanço Patrimonial em função de estruturar e externar as informações de cunho social as interessados.

7. BALANÇO SOCIAL

O surgimento das demonstrações contábeis provém da necessidade de avaliar, controlar e analisar a situação ambiental e relacioná-la com o desempenho dos negócios. A ascensão dos negócios desencadeou um aumento no interesse de investidores, fornecedores, banqueiros, governo em informações concretas, demonstrações que retratam a situação real da empresa. A partir dessas informações surgiu a imagem de novos sócios, desinteressados de uma rotina diária de gerenciamento, começaram a injetar dinheiro diretamente em organizações, o que no aspecto administrativo é muito bom, pois o baixo custo de capital obtido em comparação a instituições bancárias é considerável e o retorno tem como base ao resultado de fim de exercício.

Com o aumento da prática de sócios anônimos em instituições de grande porte, tornou-se fundamental a demonstração clara e objetiva, dos fatos

contábeis e atos administrativos, em veículos de comunicação, via publicação do Balanço Patrimonial com respectivas notas explicativas. Devido, a exigência do novo paradigma de administração organizacional no que envolve responsabilidade social, o recurso utilizado para apresentar as informações para os *stakeholders*, usuários da informação contábil, é o Balanço Social. A divulgação destes dados do cunho Patrimonial e Social possibilita uma análise concreta sobre o resultado da empresa e distribuição de dividendos e saber quais as atitudes protecionistas em relação a obrigações de ordem ambiental (passivo ambiental).

Os primeiros passos concretos que aborda Balanço Social surgiram na França, no ano de 1977. Logo tinha como principal foco a área de recursos humanos e fatos e atos financeiros ligados a esta. Com o passar do tempo, o tipo de informação do Balanço Social começou a mudar, trazendo também dados referentes à gestão ambiental e valor agregado à economia do país. Essas transformações e exigências advêm da posição que a sociedade tomou frente à necessidade de garantir seus direitos, compromisso de garantir qualidade de vida saudável, exigir do governo a determinação de formas de controle, a utilização eficaz dos recursos por ele disponibilizado em prol de atividades que realmente beneficiem a comunidade.

A idéia de processar as informações de cunho social junto com os de origem financeira, nos resultados de fim de exercício, das diversas organizações, surgiu na década de 60 através de duas correntes de pensamento empresarial.

- Movimento de Empresários Cristãos: apresentar o campo de atuação social da empresa, e principalmente, a responsabilidade social de seus dirigentes.
- Movimento Pacifista: teve origem no decorrer da Guerra do Vietnã, sob a forma de reprimir as ações de empresas que contribuía com a guerra.

Junto ao reconhecimento da necessidade de mudar a forma de gestão, que vai muito além de despesas e receitas, provindas da atividade principal da empresa, ou ativos e passivos que retratam na grande maioria bens que sofrem depreciação ao invés de exaustão, em atividades distintas, veio o

interesse político, através de uma imagem de benevolência e preocupação do social, projetos e anteprojetos.

Sobre o Balanço Social, como ferramenta de gestão, aponta-se a necessidade de determinar indicadores que retratem, de forma clara e objetiva, com prazo determinado, a avaliação de iniciativas sociais, e qual foi o reflexo destas no ambiente da empresa. Alguns indicadores podem retratar do tipo: absenteísmo, rotatividade, programas de assistência médica/odontológica, previdência, seguro de vida em conjunto, frequência de reclamações trabalhistas, linhas de crédito, etc.

8. STAKEHOLDERS E A INFLUÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL

As demonstrações contábeis advindas no balanço social, via publicações é a forma mais simples de prestar contas a sociedades do desempenho da empresa e reflexos junto ao patrimônio da desta.

Os principais usuários da informação contábil, também conhecidos como *stakeholders*, são:

- Governo: vê na contabilidade uma forma de controlar e determinar bases de cálculo para arrecadação. Com objetivo de gerar receita pública;
- Investidores: primeiramente atraindo através do bom desempenho econômico-social da empresa, capital de terceiros, o que é de grande vantagem para a empresa, pois as despesas financeiras, oriundas de financiamento, representam um custo alto para a empresa.
- Instituições financeiras: a concessão de empréstimos está condicionada a análise ao desempenho da empresa em relação ao meio ambiente, pois o risco de inadimplência, por parte destas instituições, é relativamente menor se considerarmos através do Relatório a baixa possibilidade da empresa ter que vir arcar inesperadamente com passivos ambientais.

A responsabilidade social, perante o meio ambiente é um item indispensável para as empresas que desejam manterem-se no mercado por muito tempo.

9. CONCLUSÃO

Os aspectos que abordam as relações entre empresa e responsabilidade social, compõem um cenário determinante no tocante de sobrevivência das empresas. O ambiente de mudanças históricas exige da sociedade um comportamento consciente, assim como da contabilidade como ciência, propriamente dita.

Apesar de grandes correlações de conceitos entre a contabilidade financeira e ambiental, a aplicação prática desta última esbarra na dificuldade de mensurar e evidenciar os valores e transações ambientais de forma precisa.

Como ferramenta importante e em nível mundial, temos a ISO 14000 e Suas Subséries como fator de referência para gestão organizacional eficiente, no que diz respeito ao meio ambiente.

Logo, o papel fundamental da contabilidade é incentivar as empresas a implantarem gestões ambientais com o objetivo final de preservação do meio ambiente, sem esquecerem de tratar os retornos que esta prática traz a empresa.

O Balanço Social é o principal canal que exterioriza as informações contábeis aos interessados, *stakeholders*. Mas os profissionais desta ciência devem estar atentos as aplicações distorcidas da contabilidade ambiental, pois muitas empresas utilizam de maneira equivocada apenas com o intuito de mostrarem-se amigas do meio ambiente perante a sociedade.

Convém salientar que a gestão de qualidade empresarial passa pela obrigatoriedade de que sejam implementados sistemas organizacionais e de produção de materiais que valorizem os bens naturais, as fontes de matérias-primas, espera-se que a cultura do desperdício seja coisa do passado e que as empresas aderem cada vez mais as atividades de reciclagem, controle de resíduos, e principalmente a contabilidade ambiental como ferramenta de informação e controle na tomada de decisão.

O que se busca com tudo isso é a harmonia do relacionamento entre a empresa e o meio ambiente, prezando pela responsabilidade social, não somente para garantir a continuidade da América Latina, mas também de toda a humanidade.

10. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Cleber do Carmo. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

BARBIERI, José C. **Empresa e meio ambiente**. In Revista Exame, Encarte especial, Janeiro 2000.

BERGAMINI JUNIOR, S. **Contabilidade e riscos ambientais**. Revista do BNDS, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.

CALEGARE, L. & ROSA, M. dos S. **Contabilidade do meio ambiente**. Trabalho de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, março 2002.

CALLENBACH, Ernest; CAPRA, Fritjof; GOLDMAN, Lenore; LUTZ, Rüdiger; MARBURG, Sandra. Traduzido por Carmen Youssef **Gerenciamento Ecológico**. São Paulo, Cultrix, 1993.

CARVALHO, I. Nelson; MATOS, Emanuel Rodrigues Junqueira de; MORAES, Romildo de Oliveira. **Contabilidade Ambiental**. Pensar Contábil, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Nº 08, 2000.

CARVALHO, Márcia Maria Andrade de. **O balanço social: Um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

CARVALHO, Nelson. **Contabilidade e ecologia: uma exigência que se impõe**. REVISTA DO BNDS. Rio de Janeiro, Jun. 1999.

COELHO, F.S.; DUTRA, R.G.; CARDOSO, R.L. **Evidenciação do investimento no social e no ambiental**. Pensar Contábil. Rio de Janeiro, ago./out. 2000. Ano III, n 09.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**, 2001.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo, Atlas, 1999.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização**. São Paulo: Atlas, 1999.

FERNANDES, J.W.N. **A gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável sob a ótica da contabilidade**. IN: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. 2000, Goiás. Conselho Federal de Contabilidade.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 – Balanço e Ecologia. 1996.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Environmental management in organization: the role of management accounting**. New York, march 1998.

IUDÍCIBUS, S. de & MARION, J.C. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

JUNIOR, Sebastião Bergamini. **Contabilidade ambiental**. Pensar Contábil, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Nº 08, 2000.

MARTINS, E. & DE LUCA, M. M. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC. Ano 28, nº 86, março, 1994.

MERINO, Silvia Lopez. **O meio ambiente expressado em termos contábeis, um desafio para o contador do futuro**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

OLIVEIRA, D. D. de & MOSER, E. S. Z. **Demonstrações contábeis ambientais: um estudo de caso**. Trabalho de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, março 2002.

REBOLLO, Mário Guilherme. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção ao meio ambiente**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Maiza de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

SÁ, A. L. de. **Dicionário de contabilidade**. 9ª ed. Atlas. 1995.

SOUSA, M. F. R. **Manual de contabilidade ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras**. In: FIEPECAFI, São Paulo, vol.16, n. 27. Set/Dez 2001

TEIXEIRA, Luciano Guerra de Almeida. **Contabilidade ambiental-eco-eficiência**. Goiânia: XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.